

AS RESERVAS EXTRATIVISTAS NO ACRE: Uma Proposta a Ser Desenvolvida¹

Ana Cláudia Alves de Carvalho

Graduanda do Curso de Geografia da UFPA/Bolsista PIBIC
anaclaudinha19@hotmail.com

Elymara R. Cavalcante

Graduanda do Curso de Geografia da UFPA
mararobertinho@hotmail.com

Geise Corrêa Teles

Graduanda do Curso de Geografia da UFPA/Bolsista PIBIC
geise-correa@hotmail.com

Igor Henrique Freitas

Graduando do Curso de Geografia da UFPA
ih.freitas@hotmail.com

Resumo

O processo de formação das reservas extrativistas no estado do Acre é resultado de muitos conflitos e lutas a favor da preservação da natureza e do modo de vida da população local, tais conflitos incidiram com a chegada da pecuária na região, na modificação das atividades e do modo de vida tradicional, já que a ação do capital privado, revelava interesses contrários a esses sujeitos. Nesse sentido, este artigo busca fazer uma breve análise sobre tal processo, considerando os agentes envolvidos, bem como as atividades econômicas praticadas por eles, de maneira a mostrar as condições atuais da reserva extrativista Alto Juruá, localizada no Estado do Acre, considerando as mudanças ocorridas desde o seu processo de formação.

Palavras-Chave: Reservas extrativistas. Alto juruá. Preservação ambiental.

THE RESERVATIONS EXTRATIVISTAS IN THE ACRE: A Proposal to be Developed

Abstract

The formation process of extractive reserves in Acre is the result of many conflicts and struggles for the preservation of nature and the livelihood of local people, such conflicts covered with the arrival of livestock in the region, modification of activities and traditional way of life, since the action of private capital, revealed conflicting interests to those subjects. Thus, this article seeks to make a brief analysis of this process, considering the actors involved, as well as economic activities practiced by them, in order to show the current

conditions of the Extractive Reserve High Juruá, located in the State of Acre, considering the changes occurred since its formation process.

Keywords: Reservations extrativistas. High juruá, Environmental preservation.

Introdução

A desativação dos seringais e a implantação da pecuária extensiva de corte no final da década de 60 no Acre trouxeram mudanças profundas no modo de vida da população local, no entanto, a maioria desses trabalhadores rurais permaneceram nos seringais, muitos deles tornando-se seringueiros autônomos em relação aos seringalistas ou arrendatários. Pode-se observar ainda que a luta pela permanência do trabalhador na mata, ou seja, pela posse do meio de sobrevivência, a terra, passa a se combinar com um movimento mais geral e de caráter ecológico. Dessa combinação – luta pela sobrevivência e defesa ecológica – resultou o apoio de diversas entidades do movimento ambientalista internacional, e mesmo nacional, dada a resistência dos seringueiros no Acre. Mas vale lembrar que a criação das Reversas Extrativistas não cessou o processo de luta desses trabalhadores rurais. As dificuldades atualmente encontradas pelas famílias residentes na Reserva Alto Juruá refletem essas questões, e pode-se dizer com isso, que as justificativas para essa investigação advêm da preocupação com a ausência de uma política de planejamento que realmente esteja interessada em viabilizar o caráter ecológico e sustentável, que caracterizam uma Reserva Extrativista, já que o Plano de Utilização proposto para assegurar a auto-sustentabilidade da Reserva, possui muitas fragilidades.

Portanto inicialmente será abordado o processo de mudança no padrão de organização do espaço Amazônico, e seus embates com as antigas atividades extrativistas, em seguida será dado ênfase ao processo de formação das reservas extrativistas no Acre, e suas implicações para os agentes envolvidos; posteriormente serão enfatizadas, dentro de um contexto atual, as condições socioeconômicas da população residente na reserva Alto Juruá, tal como seu modo de vida e as atividades econômicas por elas realizadas, e de que maneira elas se posicionam como atividades sustentáveis. O objetivo aqui sucede em encontrar uma resposta à questão. Como conferir um caráter sustentável a uma Reserva marcada pelo descaso e necessidade de diversificação da produção?

Vale ressaltar ainda que esse artigo é resultado da análise de várias obras, que abordam diversos aspectos referentes a problemática em questão; a compreensão de distintas abordagens, conferindo importância a diferentes aspectos, deu margem para a afluência de informações necessárias a abordagem que será apresentada.

Mudança no padrão de organização do espaço Amazônico

Até meados de 1960, a Amazônia brasileira, estava articulada, em termos de produção e circulação de produtos e pessoas, por meio dos rios, pois eles correspondiam às vias de acesso aos lugares dentro de toda a Amazônia, o que os conferia importância significativa, principalmente por serem responsáveis pelo transporte da borracha, dos lugares mais longínquos do interior da Amazônia, as casas aviadoras de Belém e Manaus. Todo o processo produtivo da Amazônia do final do século XVII até o início do século XX se dava em função da borracha, a migração intensiva dos nordestinos em 1860, principalmente vindos do Ceará e do Rio Grande do Norte, para trabalhar nos seringais amazônicos, conferem essa afirmação. O que se quer mostrar na verdade é que a Amazônia até 1960 era condicionada pelos rios, (GONÇALVES, 2008 p.79), mas isso não significa que as estradas nesse período não existissem, ou não tivessem importância, todavia pode-se afirmar que o rio correspondia o eixo principal de ligação entre os lugares.

A intensificação das estradas e dos grandes projetos, propostos pelos militares no início de 1960, como estratégia de dominação dos lugares, confiou a Amazônia mudanças significativas, já que o escoamento produtivo passou a se intensificar pelas estradas. O surgimento das estradas propiciou o acesso a diversos lugares da região, lugares antes inexplorados, que ao serem desvendados passaram a dar visibilidade às riquezas presentes na região, fato que fez com que novos agentes produtivos, e novas práticas econômicas adentrassem o território amazônico.

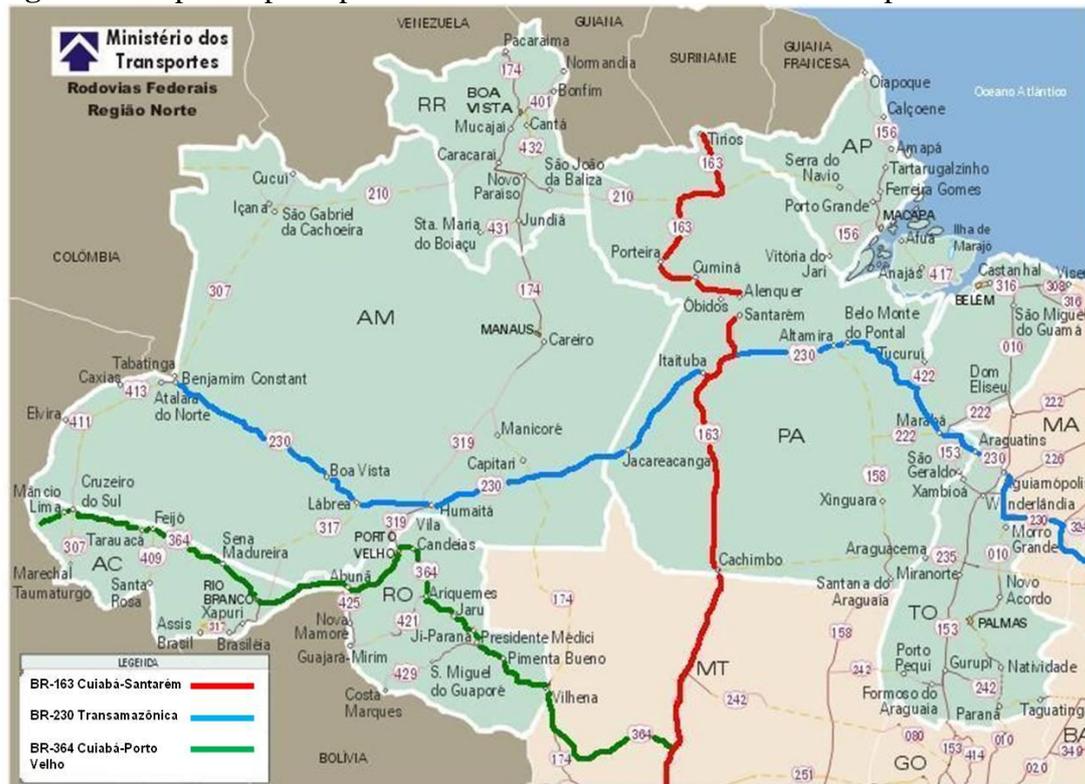
Quando uma nova geografia social se engendra mudam, como não poderia deixar de ser, as relações dos lugares entre si e dos espaços entre eles e, assim, mudam as hierarquias, as escalas. É a ordem social que muda. Nessa nova geografia que se engendra no Brasil a partir dos anos cinquenta o próprio sentido da territorialidade brasileira estará se redesenhando, posto que novos sujeitos se insinuam instituindo novas territorialidades. Não só passamos a ter novos meios de transportes, mas também novos *portadores*

que se fazem através dos mediadores, eles mesmos *trans*-portadores de práticas sociais possíveis pelos novos significados dos lugares nas novas relações societárias que se estão engendrando (GONÇALVES, 1999. p 77).

Pode-se afirmar também, que o novo padrão de organização do espaço, fundamentado nas estradas, trouxe mudanças políticas para a Amazônia, novos agentes sócio-econômicos vieram atuar na região, causando a marginalização da antiga elite tradicional representada pelos seringalistas e os chamados barões da borracha. Esse novo padrão trouxe a pecuária como atividade predominante para território acreano, causando a reivindicação dos seringueiros pelos seus direitos, já que o seu modo de vida foi totalmente alterado.

Com isso investimentos maciços para energizar a vinculação da Amazônia ao resto do Brasil passaram a fazer parte da estratégia de dominação dos militares. O primeiro momento da nova organização do espaço foi o de atrair mão-de-obra para a construção das grandes obras de infra-estrutura, tais como: estradas, energia, comunicação, etc. para instalação de possíveis indústrias na região. Neste momento, grandes estradas foram construídas na Amazônia, como, por exemplo: a Belém-Brasília, a Brasília-Cuiabá-Santarém, a Brasília-Cuiabá-Porto Velho-Rio Branco, além da Transamazônica. No mapa abaixo podemos observar algumas dessas rodovias, que auxiliaram a Amazônia no chamado processo de integração nacional. Através desse processo de integração a Amazônia apareceu no cenário internacional como fonte de riquezas, fato que gerou forte interesse econômico por parte de outras regiões brasileiras, e a intensificação de novas práticas produtivas, em detrimento dos antigos seringais.

Figura 1- Mapa das principais Rodovias construídas na Amazônia a partir da década de 60².



Fonte: Ministério do transporte, 2000.

A crise gerada pelo petróleo, na década de 70, afetou diretamente os países importadores como o Brasil, e trouxe mais uma vez mudanças políticas e econômicas para a região amazônica, já que com a crise do petróleo as empresas que controlavam o mercado mundial do setor aumentaram significativamente o preço do combustível, fato que contribuiu gradativamente para o aumento da dívida externa brasileira, já que os cofres brasileiros teriam que desembolsar valores altíssimos para obter o produto. Com isso grande parte dos investimentos que inicialmente seriam voltados para as obras de infra-estrutura na Amazônia passam a ser direcionados para subsidiar usineiros do setor canavieiro, pois eles estavam enfrentando uma grave crise econômica. É a partir desse momento, que a Amazônia passa a ser observada como nova fonte de riqueza para o país, devido ao seu forte potencial mineral e agropecuário.

Diante dessa crise, atividades como a pecuária extensiva se mostram como mais viáveis para a região, devido aos preços mais baixos de suas terras, afinal são áreas de fronteira mais afastadas dos grandes centros econômicos; vale lembrar que a criação de bovinos no Estado do Acre sempre foi uma atividade secundária, tendo em vista que na época em que a borracha

estava no auge de suas atividades na Amazônia, os seringalistas proibiam qualquer outra atividade que tirasse o foco da extração da borracha, tanto que nesse período a carne bovina era importada da Bolívia para suprir a demanda local. Além da pecuária, a mineração e a atividade madeireira são implantadas na Amazônia e impostas como principal alternativa para o desenvolvimento do território, intensificando os conflitos com os donos dos seringais do Acre.

Com a nova política econômica instalada na região, há o fim do banco de crédito da Amazônia, concedido aos seringalistas da região e assim, o antigo padrão fica à margem da economia capitalista no Brasil, já que os antigos seringais que exportavam látex marginalizam-se diante da fabricação da borracha sintética. Assim as elites dominantes regionais amazônicas não tiveram alternativa, a maioria vendeu suas terras, seus seringais ou seus castanhais, e foram morar em Belém ou Manaus, onde passaram a comercializar outros produtos, associando-se a comerciantes locais, ou mesmo aos novos protagonistas da ocupação do espaço regional, os pecuaristas.

A Amazônia passa a ser inserida então, na nova divisão nacional/internacional do trabalho como exportadora de matéria-prima, todavia não mais da produção do látex e sim como exportadora de minerais e da produção madeireira. Nesse contexto, o Estado do Acre, como se já não bastasse o seu histórico de lutas pela independência do território, passa a ser palco de novas problemáticas de lutas entre o extrativismo, dos seringais falidos e a pecuária com suas respectivas classes produtoras e capitais de interesses divergentes, alimentados pelas mais diferentes razões (SEVÁ, 2002, p. 14).

A pecuária extensiva de corte dá margem ao surgimento de novas problemáticas socioambientais decorrentes da modificação do modo de vida tradicional, devido ao surgimento dos latifúndios e da utilização predatória dos recursos naturais. É a partir daí, com a iniciativa e articulação de grupos de resistência ao desmatamento e de defesa da terra e do modo de vida tradicional é que vão surgir novas idéias baseadas na defesa e resistência a imposição do grande capital intensivo, idéias essas que vão desencadear no surgimento das reservas extrativistas no Acre, como veremos a seguir.

A luta pela terra, e a institucionalização das reservas extrativistas

Como se pode observar, a história da proposta das Reservas Extrativistas no Acre nos remete ao movimento organizado de trabalhadores - extrativistas principalmente seringueiros - em vários estados da Amazônia, num contexto de chegada de grupos econômicos do Sul na década de 70 e de crise da borracha, com os antigos proprietários abandonando os seringais e mudando de atividade. Há um deslocamento para atividades como a madeireira, a criação de gado e o gerenciamento de lojas e armazéns comerciais nos núcleos urbanos e cidades próximas.

A entrada dessas novas atividades econômicas fez com que as populações dessas áreas de floresta começassem a ter sua reprodução social e econômica ameaçada, em função dessas mudanças. Nos primeiros anos da década de 1980 os seringueiros começaram a realizar vários encontros, tendo em vista discutir a situação em questão e possíveis soluções, ficando claro que eles não queriam sair dos seringais onde tradicionalmente viviam com suas famílias. Nesse contexto há uma percepção por parte dos seringueiros, de que a luta pela preservação de sua forma de organização socioeconômica ganharia força através da articulação com a conservação ambiental, pois as condições de vida das populações agro-extrativistas não tinham um caráter genuinamente predatório. Com isso, os movimentos articulados pelos seringueiros ganham força e asseguram uma causa nobre, a preservação da floresta e a manutenção do modo de vida nela existente.

A relação dos seringueiros com a natureza era muito forte e de total dependência, tendo em vista que a manutenção de seu modo de vida era condicionada por ela; percebendo essa relação, e tomando como base a semelhança ao modo de vida dos indígenas, os seringueiros passaram a exigir direitos que assegurassem suas práticas tradicionais.

Já como parte da preparação do 1º Encontro Nacional dos Seringueiros em 1985 ocorre uma série de Encontros Regionais onde são debatidas e aprovadas uma série de idéias (teses) que, depois, em Brasília serão apreciadas e aprovadas em um documento final onde os seringueiros, por si mesmos, através de suas entidades próprias, manifestam suas demandas. Assim em Ariquemes, Rondônia, nos dias 31 de agosto e 1º de setembro de 1985, os seringueiros explicitaram a relação de seu modo de vida com o dos índios e declararam que: Da mesma maneira como os índios tem uma reserva indígena, seria interessante que se tivesse também uma reserva para os seringueiros... (Gonçalves, 2003 p. 556)

A Reserva Extrativista é assim uma invenção no campo do direito, que expressa uma territorialidade construída no terreno movediço da história com e contra diferentes protagonistas (Gonçalves, 2003 p. 555). Territorialidade construída por uma demanda de trabalhadores com componentes de justiça social, que tentam assegurar de todas as formas, a manutenção de um modo de vida, que não se construiu por acaso, e que estava sendo visto como um retrocesso diante do novo padrão de organização socioeconômico na Amazônia.

Após o 1º Encontro Nacional dos Seringueiros, em 1985, as pressões de movimentos sociais e ambientalistas foram intensificadas a favor da criação das Reservas Extrativistas. Fato que se ativou após o assassinato de Chico Mendes, visto que, ainda em vida, ele foi responsável pela repercussão internacional das políticas ditas de desenvolvimento para a região amazônica. Com isso, em 1990, foi criada a primeira reserva extrativista no Estado do Acre, a reserva Alto Juruá, resultado de várias lutas e embates, como bem já foi ressaltado.

A história de criação da Reserva passou por momentos diversos, iniciando-se na migração de nordestinos para a Amazônia ocidental, passando pelo sistema de produção e trabalho dos seringais, pela luta do movimento sindical no Vale do Juruá, pela inclusão das causas ambientais na luta dos seringueiros e, por fim, chegou-se à proposta de Reserva Extrativista, um modelo diferenciado de ocupação do território e utilização dos recursos naturais. (REZENDE, 2010 p. 3)

Com isso podemos dizer que uma Reserva Extrativista caracteriza-se por respeitar a forma de ocupação e uso dos recursos tradicionais, comandados por uma demanda de trabalhadores com componentes de justiça social e de conservação ambiental, dentro de um modelo de propriedade bastante diferenciado. As Reservas Extrativistas se apresentam assim, como um laboratório vivo, para a busca de um modelo de desenvolvimento que se faça com e a partir de populações que tem um saber efetivo tecido na convivência com a floresta, constituindo-se uma proposta de incorporação da cultura seringueira (Gonçalves, 2008 p. 132).

Definidos os contornos sociais e culturais pelos seringueiros, colocou-se a necessidade de dar forma jurídica as propostas estabelecidas; e como nenhuma sociedade ou grupo social é auto-suficiente, o vínculo institucional com o Estado, é inevitável não só como regulamentação das práticas inseridas na vivência do grupo social, mas como uma possibilidade de diálogo no qual os pactos de regulação podem ser provados. Podemos considerar que a gestão das Reservas Extrativistas é de responsabilidade do governo federal e da entidade de representação dos seus

moradores, de preferência uma associação, porque no caso dos sindicatos geralmente suas bases territoriais, que são municipais, são maiores que as das Reservas.

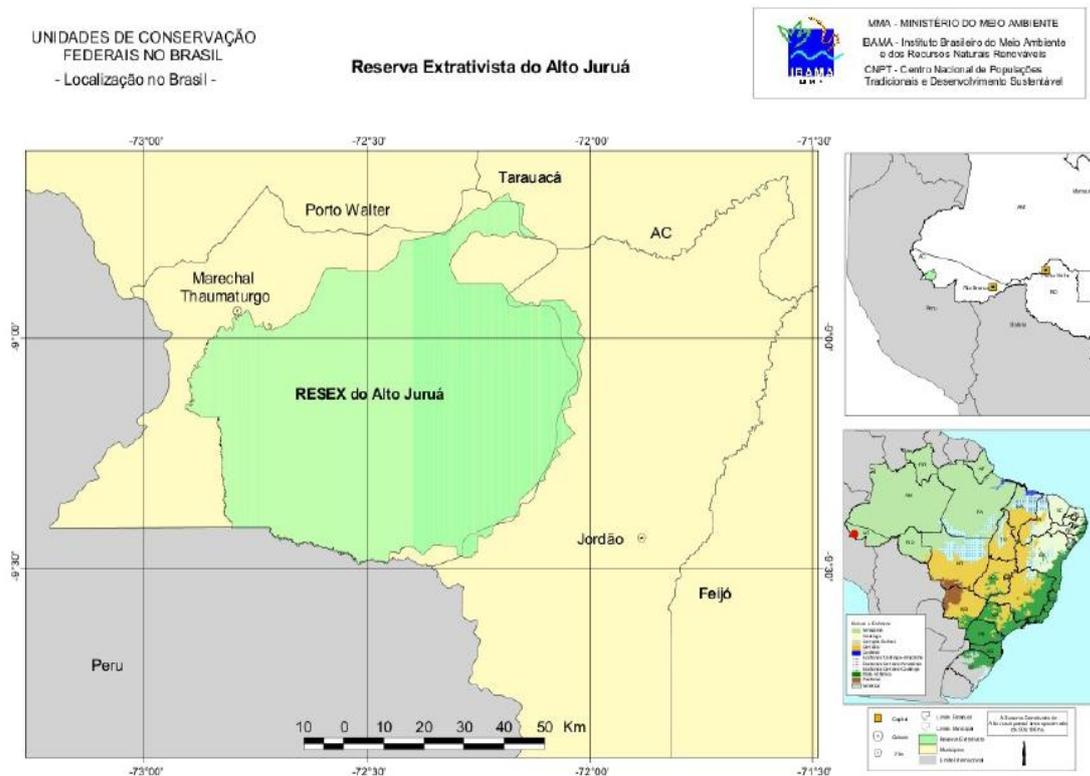
Não podemos esquecer o caráter ambientalista das Reservas Extrativistas, que conferiu ao IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - a função de fiscalização sobre os recursos naturais da floresta; ocorrência que gerou conflito com os representantes das Reservas, uma vez que a tomada das decisões por parte do IBAMA podiam não ser compatíveis á vontade dos representantes das Reservas, além disso, os moradores tinham dúvidas em quem procurar em caso de pequenas confusões ou de problemas com extrema urgência. A fim de resolver essas questões, formalizou-se um conjunto de leis para reger o uso dos recursos naturais na Reserva Extrativista pelos moradores, o Plano de Utilização, que consiste na formalização das regras e deveres que devem ser assumidos pelos moradores da reserva; ao Plano de Utilização caberia: registrar por escrito as formas costumeiras e já implementadas de manejo dos recursos naturais, que se haviam mostrado eficazes no passado para manter a floresta em pé e conservar as seringueiras e a caça, de modo a fixar os costumes já estabelecidos pelas populações tradicionais (ALMEIDA & FRANCO, 2000 p. 3).

Para elucidar melhor as colocações do Plano de Utilização, e a efetividade do funcionamento de suas leis e regras, a fim de não generalizar os fatos e atribuir mais proeminência a eles, preferimos chamar atenção para um caso mais específico, o da Reserva Extrativista do Alto Juruá, também no Estado do Acre, como será exposto adiante.

A Reserva Extrativista do Alto Juruá

Na discussão anterior foi exposto em linhas gerais o processo de formação das Reservas Extrativistas no Acre, é claro que não foi possível mostrar minuciosamente todos os embates que se deram em favor da luta pela criação das Reservas, todavia a idéia foi explicitar a força e resistência do movimento seringueiro, diante da implantação da pecuária na região. A primeira Reserva Extrativista, a do Alto Juruá, criada em 23 de janeiro de 1990, pode ser considerada um reflexo latente dessas lutas. Podemos observar abaixo o mapa de localização da Reserva, que como pode ser observado apresenta uma área de extensão considerável, pertencendo atualmente ao município de Marechal Thaumaturgo no Estado do Acre.

Figura 2 - Mapa de localização da Reserva Extrativista do Alto Juruá no Município de Marechal Thaumaturgo



Fonte: CNPT- Cruzeiro do Sul *apud* REZENDE, 2010.

Quando a Reserva Extrativista do Alto Juruá foi criada, possuía 506.186 hectares de florestas e rios; o cadastramento de 1991 revelou a presença de 865 grupos domésticos, cerca de 6.000 pessoas. A Reserva é vizinha a quatro Áreas Indígenas e um Parque Nacional, que, somando, totalizam cerca de 1 milhão e 300 mil hectares de área de preservação ambiental. A Reserva incluía ainda, uma área prioritária de seringueiros e de produção de borracha e uma área de margem no Juruá, mais voltada para a atividade agrícola e algumas pequenas fazendas. Quando a Reserva foi criada, a primeira Associação foi transformada em Associação dos Seringueiros e Agricultores da Reserva Extrativista do Alto Juruá (ASAREAJ), que passou a representar a população de toda a área. Em 1990, a Reserva pertencia ao município de Cruzeiro do Sul, desmembrado-se em 1992, estando ela hoje dentro do município de Marechal Thaumaturgo, onde se criou uma situação bastante interessante, que é a seguinte: 70% da área de Marechal Thaumaturgo corresponde à Reserva, ou seja, 2/3 da população do município está na

Reserva. (Unidades de Conservação da Amazônia Legal/Instituto Socioambiental (ISA), 2003).

Voltamos a nos reportar agora ao Plano de Utilização, tendo em vista o seu caráter de assegurar a auto-sustentabilidade dentro da Reserva. Tomando como referência a Reserva Extrativista do Alto Juruá, podemos dizer que o Plano de utilização surgiu com a finalidade de assegurar a regulamentação da utilização dos recursos naturais e dos comportamentos a serem seguidos pelos moradores. O Plano expõe também a relação das condutas não predatórias incorporadas à cultura dos moradores, bem como as demais condutas que devem ser seguidas, sendo que confere ao IBAMA a responsabilidade de cobrar o compromisso dos moradores, de respeito à legislação ambiental e ao mesmo tempo, cumprimento das normas aceitas por todos. Mais detalhes podem ser encontrados no site <www.Ibama.gov.br/resex>.

Vale ressaltar que o surgimento da Reserva do Alto Juruá não extinguiu os problemas enfrentados pelos moradores dessa área, tendo em vista que o surgimento de serviços básicos como escolas, postos de saúde, além de outros, mostraram-se precários diante das necessidades dos moradores. Quanto ao Plano de Utilização, suas práticas não sobreviveram nem ao primeiro ano de implantação da Reserva, e a atual conjuntura dela reflete o descaso das políticas públicas, que não atuam na área.

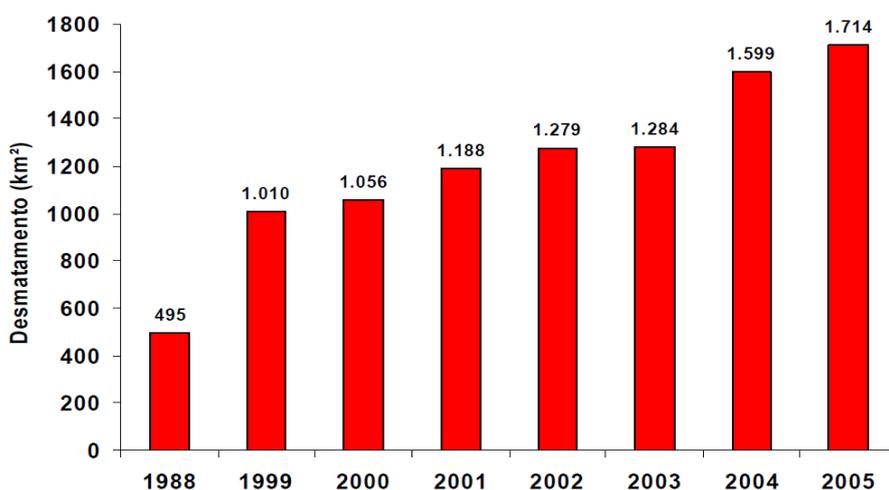
A reserva após 20 anos de sua criação e consolidação como ASAREAJ passa por momentos de dificuldade, o que difere do idealizado inicialmente para ela, alguns dos fatores que á levaram ao processo de desordem são bem visíveis, e deixam claro que eles desencadearam uma nova dinâmica social e uma nova configuração territorial na Reserva.

Assim, o pacto entre população e Estado para a criação da Reserva Extrativista não têm sido cumprido rigorosamente por nenhuma das partes. As mudanças ocorridas na Restauração podem ser creditadas a distintos fatores, dentre eles: o abandono quase completo da produção de borracha, a necessidade das famílias de encontrarem outra atividade produtiva, a vontade de ter acesso a bens e serviços, as políticas públicas, o contexto político local, a ausência dos órgãos administrativos, tudo isso se articulou de uma maneira específica que resultou na atual conjuntura. (REZENDE, 2010. p. 16).

Desde sua criação a Reserva Extrativista do Alto Juruá (REAJ) era mantida pela extração do látex, além de que as famílias que ali residiam possuíam pequenas plantações e se alimentavam da caça de animais silvestres para sobreviverem, com o passar do tempo a

atividade de extração do látex teve uma grande queda e assim as famílias sentiram a necessidade de encontrar uma nova atividade produtiva para se manterem na região. A vontade da comunidade em ter acesso a bens e serviços, também foi um dos motivos pelo qual a maioria das famílias abandonou suas colocações, e sem subsídios governamentais se mudaram para as margens dos rios, para melhor escoar sua produção (agricultura e pecuária), aumentando assim as áreas de desmatamento. A tabela abaixo mostra o aumento gradual do desmatamento ao longo dos anos na reserva, esses dados nos permitem afirmar que o desmatamento tem se intensificado e atualmente a Reserva do Alto Juruá tem mais da metade de sua área desmatada.

Figura 3 - Gráfico de desmatamento bruto na Região do Juruá no Estado do Acre no período de 1988 e 1999 a 2005.



Fonte: SOUZA JR, 2006. p 9.

Dessa forma, os moradores instalaram-se em vilas, em busca de melhores condições de vida, como ter acesso a educação, a um sistema de saúde. A exemplo temos a comunidade da Vila Restauração, que sofre com o aumento desenfreado de moradores, o que ocasiona sérios problemas de saneamento básico dando a eles péssimas condições de vida. Com isso a degradação ambiental se intensifica, pois a agricultura e a pecuária são atividades mais predatórias que a extração da borracha. A falta de políticas públicas na Reserva caberia como um capítulo a parte, pois os órgãos competentes como ASAREJ, CNPT, e tantos outros como o IBAMA não desempenharam suas funções como planejado. Na imagem abaixo, é possível perceber o adensamento populacional dentro da Reserva.

Figura 4 - Vila Restauração, na Reserva do Alto Juruá-AC



Fonte: Pantoja, 2007.

Com o processo de aglomeração na vila, a prefeitura da cidade decidiu se instalar na área, com a intenção de planejá-la e organizá-la, oferecendo serviços à população. Demarcou lotes e os distribuiu para várias famílias, lançou-se na mesma época um programa do INCRA de “crédito-moradia”, o que intensificou ainda mais a instalação de pessoas nessa área, muitas delas vindas de fora, o que vai totalmente contra o plano de utilização da reserva. (REZENDE, 2010. p 15). Assim como o aumento das áreas desmatadas, sendo a preservação e a manutenção da floresta papel dos moradores da comunidade e do IBAMA, mais uma vez é possível perceber falhas no cumprimento das leis do Plano de Utilização.

Os moradores da Reserva poderão utilizar áreas de floresta para implantar roçados destinados a produzir alimentos, respeitando sempre o limite máximo por família de 15 ha incluindo plantio, pastos e quintal, inclusive áreas abandonadas com menos de cinco anos (Cláusula 12 do Plano de Utilização da Reserva Alto Juruá).

Cabe à Associação realizar a fiscalização e o monitoramento e zoneamento da reserva em conjunto com o IBAMA. (Cláusula 32 do Plano de Utilização da Reserva Alto Juruá).

Dessa forma, outra dinâmica estava sendo imposta na REAJ, um novo embate foi instituído, de um lado estavam os antigos moradores que defendiam a idéia inicial da Reserva, pois estavam totalmente ligados ao plano de utilização e suas cláusulas de preservação da floresta; e do outro os novos moradores da área, que vindos de outros estados e regiões, para prestar serviços solicitados pela prefeitura; dentre eles estão médicos, enfermeiros, professores e pastores, possuíam opiniões diferentes, e eram a favor de políticas públicas que intervisse naquele modo de vida, e que implantassem investimentos em busca do desenvolvimento da reserva. (REZENDE, 2010. p 16). Assim, foi quebrada a lógica inicial de uso do território, pensado inicialmente para a Reserva, surgindo assim um novo conflito no Acre: Como conferir um caráter sustentável a uma reserva marcada pelo descaso, e pela mudança e necessidade de diversificação da produção?

Atividades econômicas sustentáveis?

O enfraquecimento significativo da borracha no mercado gerou a necessidade diversificação dos produtos-base da economia extrativista, com a necessidade de diversificação da produção os extrativistas buscaram novas medidas de sobrevivência, e como não tinham o apoio do governo passaram a sofrer com as disputas do mercado produtivo, perante essa situação atividades como a extração madeireira, tornou-se cada vez mais comum dentro da reserva Alto Juruá, já que a fiscalização era frágil.

A aglomeração populacional, ocasionada pela pressão migratória desordenada sobre a Amazônia, contribuiu não só para intensificação dos impactos ambientais, como também para dificuldade na resolução de problemas urbanos, isso significa que, o que foi planejado para a reserva, em sua essência esvaeceu-se diante da atuação das políticas públicas.

Como podemos perceber, o debate sobre a sustentabilidade econômica das Reservas Extrativistas perpassa pelo papel do Estado, tendo em vista que as medidas relativas à criação de infra-estrutura, programas de saúde e educação, apoio à comercialização de produtos agroextrativistas, são responsabilidades do poder público, e são as maiores deficiências da Reserva. Nesse sentido, nos cabe um questionamento, como as atividades extrativistas podem gerar o sustento das famílias dentro da Reserva, se seus principais produtos, como a borracha, encontram fragilidade no mercado?

A resposta como já nos reportamos, está no apoio a essas culturas tradicionais; por que, o que está sendo questionado aqui, é a viabilidade da existência dessa cultura extrativista. E pelo que podemos perceber as mudanças ocorridas nas reservas da Amazônia preveem um afastamento gradativo do sistema extrativista, em seu conceito primitivo, aproximando-se de um sistema combinado de extrativismo, exploração agrícola e silvicultura (CAVALCANTE, 1993 p.25).

Quanto à comercialização da borracha, podemos dizer que hoje 60% da borracha consumida no mundo, pelas indústrias é originada do petróleo, é a chamada borracha sintética; paralelo a esmagadora produção e comercialização da borracha sintética, a produção do látex nativo é usado na fabricação de preservativos (camisinha de vênus).

Desde 2002, estão sendo realizados estudos no município de Xapuri, estado do Acre, pelo Governo do Estado do Acre, para a implantação de uma indústria de preservativos. O látex colhido pelo seringueiro será preservado com amônia, embalado e transportado para ser processado na indústria. Na primeira fase o látex de campo preservado será concentrado a 60%, através de máquinas denominadas de centrífugas. A partir daí mecanicamente será vulcanizado, através de uma solução de agentes vulcanizantes, em moldes de imersão, será secado em estufas, testado, embalado, transformando-se em preservativos (AMARAL & SAMONEK, 2006 p. 12).

Em linhas gerais podemos dizer que ainda existe espaço para as atividades extrativistas na Amazônia, tal como a produção da borracha nativa, combinada com a produção industrial é claro, pois existe farta mão-de-obra ociosa e excluída da integração econômica globalizada, faltam apenas políticas públicas compromissadas, que garantam aos extrativistas o acesso a essas tecnologias para a promoção de sua inclusão social. O grande problema é que na formulação de políticas públicas para esse setor, na maioria das vezes, se discute apenas a produção industrial, deixando de lado os demais arranjos produtivos. Como então resolver um problema, que não é discutido? Temos que pensar nessas dificuldades, pois o que se buscou nesses anos todos de luta foi à criação da Reserva, como legitimação de um modo de vida, que precisa de subsídios para não ser aniquilada diante do ditame das novas relações econômicas.

Ainda hoje, percebe-se nitidamente o caráter sustentável das atividades propostas pelas populações tradicionais, pelo menos diante dos arranjos da pecuária extensiva de corte. O problema é que a falta de apoio a essas atividades, menos rentáveis diante novas práticas

econômicas, converge à busca de alternativas para garantir a sobrevivência, o que acaba indo de encontro com as verdadeiras propostas de uma Reserva Extrativista. Então, como se pode controlar essas novas práticas sem dar suporte para as antigas relações, chamadas de tradicionais?

A resposta é simples, não se pode controlar as práticas predatórias, sem a ação de uma política pública que tenha seriedade diante das ações instituídas dentro da Reserva. As ações do Plano de Utilização caso fossem cumpridas, revelariam um ordenamento territorial adequado, tendo em vista os subsídios que seriam instituídos pelo governo; todavia as fragilidades do cumprimento desse Plano acumulam problemas, que como são deixados de lado, encontram apenas soluções parciais.

Considerações finais

As diversas formas de apropriação e mudança, que registraram a ocupação do espaço Amazônico, como bem mostramos, revelam a trajetória de luta dos seringueiros, especialmente os da Reservas Extrativistas. A partir do início da década de 60, com a intensificação dos conflitos de terra, decorrentes da implementação da pecuária na região, houve a necessidade de direcionar a luta, prioritariamente, para a garantia da posse da terra. Chegada a uma situação insustentável, essa luta, após assassinatos de trabalhadores e líderes sindicais rurais, tomou novo caráter. A criação das Reservas Extrativistas representou, para uma parte dos seringueiros, uma grande conquista: a posse da terra.

Não podemos cair no erro de achar que a criação das Reservas Extrativistas, cessaram os problemas enfrentados por essas populações, pois como bem mostramos, as dificuldades se intensificaram tanto pela ausência de políticas públicas responsáveis, como pela ação de práticas predatórias, que surgiram em função da deficiências dessas políticas; ocorrências que demandaram uma mudança na configuração da Reserva, desvinculando-a de sua proposta inicial, como foi mostrado no caso da Reserva Extrativista do Alto Juruá no Acre. Se formos parar para pensar, o que mudou esses anos todos? Não podemos dizer que a criação das Reservas não significou uma vitória grandiosa, todavia temos o dever de esclarecer, que na situação em que se encontra a Reserva do Alto Juruá, muitas batalhas ainda precisam ser vencidas. A imagem 2 ilustra a Reserva Extrativista do Alto Juruá no ano de 1990, ao passo

que a imagem 3 ilustra a mesma Reserva no ano de 2008, já apresentando resultados da ação antrópica ao meio ambiente. Como podemos perceber a intensificação do desmatamento tem ocasionado sérios problemas, como as enchentes.

Figura 5- Reserva Extrativista do Alto Juruá no ano de 1990.



Fonte: Pantoja, 2008.

Figura 6- Reserva Extrativista do Alto Juruá no ano de 2008.



Fonte: Pantoja, 2008.

Desde a criação das Reservas até hoje, o Estado, na esfera municipal, estadual e federal, tem contribuído com um mínimo, de forma que as dificuldades enfrentadas pelos extrativistas são enormes. Não existe uma política de crédito ao pequeno produtor, nem políticas de investimento gradual nos sistemas de educação, saúde, habitação. E mais as dificuldades que o extrativismo enfrenta como qualquer outro tipo de atividade vinculada ao sistema de mercado, também deve ser considerada; assim como as dificuldades internas, a exemplo da desarticulação do movimento de trabalhadores rurais, decorrentes do próprio processo de construção das entidades de trabalhadores, como os sindicatos, conselhos e associações.

Considerando a polêmica em torno da Reserva Extrativista enquanto atividade econômica sustentável, apresentada neste trabalho, as opiniões convergem para um único sentido, que buscam na responsabilidade social, dos diversos agentes envolvidos, tanto o poder público, quanto os próprios trabalhadores extrativistas, a resolução de problemas antigos, pois vale lembrar que sem a contribuição desses agentes a esperança de condições futuras melhores pode continuar no plano das idéias.

Notas

¹Embora existam vários estudos relacionados as Reservas Extrativistas no Acre, essa abordagem ainda necessita ser desenvolvida, não temos aqui a pretensão de dar conta dessa questão, contudo buscamos instigar outros trabalhos.

²Foram feitas algumas modificações no mapa original, tal como o destacamento das principais Rodovias referidas no texto, afim de dar mais clareza a abordagem estabelecida.

Referências

AFLORA Blog [Internet]. **Brasil: Mariana Franco**. 2008 - Disponível em: <<http://aflora.blogspot.com>>. Acesso em 03 dez. 2010.

AMBIENTE ACREANO Blog [Internet]. **Brasil: Evandro Pereira**. 2007 - Disponível em: <<http://ambienteacreano.blogspot.com>>. Acesso em 03 dez. 2010.

AMARAL, Assunção J. Pureza, SAMONEK, Francisco. **Borracha Amazônica: Arranjos produtivos locais, novas possibilidades e políticas públicas**. Belém-PA: Revista Paper NAEA, N° 191, abril de 2006. 34 p.

CAVALCANTE, Ormifran Pessoa. **A Polêmica em Torno do Conceito de Reserva Extrativista Enquanto Atividade Econômica Sustentável**. Rio Branco, 1993. Monografia (Graduação) Graduação em Economia, Departamento de Economia, Universidade Federal do Acre, 1993. 47 p.

ALMEIDA, Mauro Barbosa de ; PANTOJA, Mariana Ciavatta . **Justiça Local nas Reservas Extrativistas**. Raízes. Revista de Ciências Sociais e Econômicas, Campina Grande - PB, v. 23, 2004. p. 27-41.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Geografando nos varadouros do mundo: da territorialidade (o seringal) à territorialidade seringueira (a Reserva Extrativista)**. Brasília: IBAMA, 2003. 591 p.

_____. **Amazônia, Amazôniaas**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 127-143.

_____. **A Territorialidade Seringueira, Geografia e Movimento Social**. Rio de Janeiro: GEOgraphia, Vol. 1, No 2 (1999) p. 67-88.

MINISTÉRIO DO TRANSPORTE- **Mapas**- Disponível em:
<<http://www2.transportes.gov.br/bit/mapas>>. Acesso em 03 dez. 2010.

Reserva Extrativista do Alto Juruá- AC: **Plano de Utilização**. Disponível em:
<<http://www.ibama.gov.br/resex/ajurua/plano>>. Acesso em 03 dez. 2010.

Unidades de conservação na Amazônia Brasileira: **Reservas Extrativistas**. Disponível em: <
<http://uc.socioambiental.org/uc/177> > Acesso em 03 dez. 2010.

Unidades de conservação: **Reservas Extrativistas**. Disponível em: <
<http://www.socioambiental.org/>> Acesso em 03 dez. 2010.

REZENDE, R. S. **Problemas de Urbanização e Gestão Territorial na Reserva Extrativista do Alto Juruá, Acre**. In: IV Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade, 2010. **Anais...** Florianópolis, 2010.18 p.

SEVÁ, Fernando Farias. **Ambientalismo e desenvolvimento sustentável: o caso da borracha e da pecuária no Acre**. Rio Branco, 2002. Monografia (Graduação) Graduação em Economia, Departamento de Economia, Universidade Federal do Acre, 2002. 123 p.